

## **A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70**

**Maud Chirio<sup>1</sup>**

Em comparação com outros momentos de sua história, o Exército brasileiro não conheceu, após 1964, um questionamento profundo dos princípios de hierarquia, de disciplina e de unidade política da instituição. Embora o exercício do poder nascido da Revolução de 1930 houvesse intensificado de forma considerável a agitação das casernas, uma calma relativa nelas reinava após o golpe de 1964. Ao longo dos 21 anos que durou a ditadura, a contestação aberta da autoridade hierárquica e os atos de indisciplina foram fenômenos minoritários e pontuais. Além do mais, a depuração que se seguiu ao golpe de Estado expulsou do Exército os principais adversários dos golpistas e, de fato, os conflitos internos estavam longe de ter a amplitude e a violência daqueles que dilaceraram a instituição ao longo dos anos 50. Após o golpe, os militares dissidentes serão combatidos com muito mais cuidado.

No entanto, apenas algumas semanas após o golpe de Estado, o discurso recorrente dos homens no poder sobre as “Forças Armadas unidas e coesas” dissimulava a emergência de tensões internas. O governo Castelo Branco foi imediatamente criticado por oficiais que exigiam uma intensificação das medidas punitivas e a utilização cada vez mais avançada de instrumentos de exceção. Destas contestações, públicas e reiteradas, nasce a idéia de um grupo radical e turbulento, a “linha dura”. Apesar de essa expressão ter sido associada na memória coletiva aos pesados anos 70, particularmente aos membros de órgãos de repressão que usaram de violência – dentro e fora dos porões – para lutar contra a oposição de esquerda, ela já era reivindicada por militares às vésperas do golpe de Estado; trata-se, portanto de uma categoria nativa, oriunda de um vocabulário dos próprios protagonistas, da qual a pesquisa, os jornalistas e a opinião pública se apoderaram depois e cujo significado evoluiu ao longo da conjuntura política.

---

<sup>1</sup> Doutora em História Contemporânea da Universidade Paris 1 – Panthéon Sorbonne et Professora na Universidade de Paris Est – Marne La Vallée.

A expressão “linha dura” não tem inicialmente o sentido de um grupo ou de uma facção para os oficiais que a reivindicam, mas de uma linha política de contornos incertos, de um “estado de espírito” e de uma determinada interpretação da “Revolução” de 31 de março de 1964. Foi este o sentido que lhe deu o almirante Sílvio Heck, em julho de 1964; ou o general Olympio Mourão Filho, que desencadeou o golpe de Estado, quando se considerou, no mês de agosto do mesmo ano, de “linha duríssima”.<sup>2</sup> Foram jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotado de líderes, de representantes e, portanto, de certa coesão interna – o que era então apenas uma expressão de identificação. Em agosto de 1964, no *Jornal do Brasil*, o jornalista Carlos Castello Branco cinde assim o mundo militar em dois campos: os moderados, de um lado, e a linha dura, do outro: uma dicotomia predestinada a um belo futuro.

Foi só depois que essa categoria foi apropriada pelos militares. Primeiro, pelo poder vigente, que designa assim um de seus adversários políticos. Em setembro de 1964, um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) fez da “*chamada linha dura*” um dos três grupos de “opponentes revolucionários” ao governo<sup>3</sup>. Num segundo momento, pelos próprios oficiais contestadores, à direita, do governo Castello Branco, em um manifesto distribuído para a Câmara em abril de 1965, segundo o qual “a linha dura, guardiã da Revolução, transmite a todos os seus membros, civis e militares, a diretiva que deve orientar a ação comum, no sentido de salvaguardar os ideais revolucionários”<sup>4</sup>.

Originalmente, a “linha dura” era, portanto, apenas uma maneira de expressar certa oposição ao governo de Castello Branco. Sua transformação em facção é, para os protagonistas, uma ferramenta de luta política. Para o poder, ela delimita as fronteiras de um adversário; para os contestadores, ela constrói a imagem de uma força organizada da qual cada oficial pode reivindicar o monopólio ou a direção. A oposição dos duros contra os moderados embrenhou-se profundamente no imaginário e na memória dos militares, mesmo que as características dos dois grupos variem em função de seus locutores. Duros imponderados, fanáticos, autoritários ousados e tendendo à violência

---

<sup>2</sup> *Jornal do Brasil*, respectivamente os de 21/07/1964 e de 05/08/1964.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional, *Impresso Geral* do SNI, nº5. 7-14 setembro de 1964. Caixa 1. Pasta 1 - 1.24

<sup>4</sup> Manifesto anônimo distribuído à câmara pelo deputado José Costa Cavalcanti, *Jornal do Brasil*, 23/04/1965.

política, ou “revolucionários autênticos”; moderados legalistas, democratas e preparados para o poder de Estado, ou frouxos e traidores da causa.

Vários pesquisadores tomaram essa representação – em particular a visão castelista da história – como um fato, ainda que prestando uma atenção muito maior aos ditos “moderados”, cujos adversários são implicitamente apresentados como o retrato no espelho. Assim, Alfred Stepan, cujo trabalho influenciou muito as pesquisas ulteriores, se interessa exclusivamente pelos generais “castelistas” e remete à imagem de “nacionalistas autoritários” que se opõe a eles em todos os pontos (STEPAN, 1975: 167).

Essa leitura dicotômica foi com freqüência considerada válida para o conjunto da ditadura, cuja dinâmica interna se explicaria pela “trajetória do surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como *linha dura*” (FICO, 2004: 33) – o autor defende essa hipótese reconhecendo, no entanto, que a divisão entre duros e moderados é por demais simplificadora. O parentesco dos discursos e imaginários políticos, bem como a prática recorrente de atos de violência, reforçaram essa hipótese. A linha dura seria então uma facção militar agitadora das casernas, sob a pressão ou com a colaboração daquela que os governos sucessivos foram conduzidos à tendência autoritária e à violência de Estado, que implantou e invadiu os órgãos de segurança, até que a abertura democrática lhe fosse imposta pelo presidente Ernesto Geisel, a partir de 1974. No entanto, apesar de certa representação autoritária do mundo social e político se impor de fato ao longo do regime militar, sua associação a uma única facção de oficiais – suporte humano do autoritarismo, por assim dizer – gera dúvidas.

Trabalhos começaram a introduzir complexidade no jogo político interno às Forças Armadas, questionando, por exemplo, a moderação castelista e o caráter constricto das medidas autoritárias sob os governos Castelo Branco e Geisel. Paralelamente, as tentativas de tipologia mais fina dos oficiais até então considerados membros da mesma facção de “linha dura” lançam luz sobre a diversidade de projetos e práticas políticas, a flutuação das correntes e a inanidade da idéia de uma facção coerente e contínua ao longo dos anos (DREIFUSS, 1981; MARTINS FILHO, 1996; GUIMARÃES, 2000). Portanto, a leitura dicotômica do mundo militar e o seu corolário, a idéia de uma linha dura de oficiais, continuaram pressupostos implícitos dos

pesquisadores, e as interpretações que a contestam padecem para adquirir espaço acadêmico e visibilidade pública.

O objetivo dessa apresentação é contribuir para a tarefa de desconstrução da categoria de “linha dura” militar, no que diz respeito tanto às características que são geralmente atribuídas a ela quanto à sua continuidade durante a ditadura. Nosso estudo versará mais particularmente sobre alguns oficiais com um percurso político *a priori* espantoso: conspiradores e partidários ativos do golpe de Estado de 1964, eles primeiro lutam por uma radicalização das políticas repressivas até que se mostram a favor de uma volta rápida à democracia civil, sob o governo Geisel<sup>5</sup>. Trata-se de uma trajetória muito minoritária, que envolve alguns oficiais do exército, ocupando o grau de tenente-coronel ou coronel na época do golpe de Estado. Esses militares, apesar de serem de patentes intermediárias, obtiveram grande visibilidade na cena pública e estão entre os primeiros a se identificar a um grupo dito de “linha dura”, sendo considerados como uma das principais forças de pressão que levaram os primeiros governos militares à radicalização política. Essa simples constatação, perturbadora talvez, incita a atribuir uma particular importância a essa rede de oficiais e, através da análise de suas representações e práticas políticas, tentar entender melhor as lógicas de mobilizações militares sob a ditadura.

### **Quem se dizia de “linha dura”? Perfis dos protagonistas.**

Poucos meses após o golpe do Estado, o governo Castelo Branco suscitou grande descontentamento dentro das Forças Armadas, em particular do Exército. “Revolucionários históricos”, como Sílvio Heck ou Olympio Mourão Filho, considerando-se afastados do poder, foram os primeiros a demonstrar sua oposição através de manifestos e cartas amplamente divulgadas na imprensa<sup>6</sup>. Generais no comando de tropas, como Syzeno Sarmiento e Afonso de Albuquerque Lima, manifestaram sua insatisfação sem torná-la pública, utilizando a cadeia hierárquica para sacudir o espantinho da “agitação das casernas”.

---

<sup>5</sup> Percurso já apresentado pelo jornalista Hélio Contreiras, que recolhe e publica depoimentos de alguns militares, sem no entanto propor uma interpretação histórica. (CONTREIRAS, 1998).

<sup>6</sup> Desde 1965, no prefácio da obra de José Stacchini, Mourão Filho fala de uma “marginalização certamente planejada” dos “verdadeiros patriotas e revolucionários”. p.XVIII (STACCHINI, 1965).

Mas são oficiais superiores (ou seja, com graus de major, tenente-coronel e coronel) que lideram a revolta e se organizam politicamente para pressionar o poder. Conhecidos na história como os “coronéis dos IPMs” - Inquéritos Policiais Militares, dos quais alguns eram encarregados -, eles logo encarnaram o setor “duro” da oficialidade. Partidários, desde julho de 1964, da manutenção dos instrumentos de exceção, como os artigos 7 e 10 do Ato Institucional nº1<sup>7</sup> e a volta do Comando Supremo da Revolução<sup>8</sup>, eles se queixam dos obstáculos à repressão política, em especial os empecilhos colocados à atuação dos IPMs. O desejo despudorado de abandonar as instituições democráticas, a pressa em combater a “subversão e a corrupção”, o nacionalismo econômico e o baixo respeito pela submissão hierárquica tornaram-nos uma perfeita imagem em negativo dos generais no poder: eles são considerados “troupiers”, solidamente ancorados nas casernas, fechados em um nacionalismo obtuso, como se os outros fossem intelectuais, “primeiros de turma” nas escolas militares e bons conhecedores dos Exércitos estrangeiros.

Mas os coronéis contestadores dos anos 1964-1969<sup>9</sup>, que não são todos encarregados de IPMs, têm um perfil profissional idêntico, sob vários aspectos, ao dos generais castelistas que eles criticam com veemência e dos quais são vinte anos mais novos. Quase todos são membros da arma de artilharia; muitos foram integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e combateram os fascismos europeus ao lado do Exército americano; são geralmente alunos brilhantes de escolas militares e antigos estagiários da Escola Superior de Guerra – alguns são membros do corpo permanente da Escola; e quase todos estudaram nos Estados Unidos<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> O artigo 7o permite aposentar forçadamente funcionários públicos civis e militares e o artigo 10o, a cassação de mandatos políticos.

<sup>8</sup> Instância de governo de fato criada no momento do golpe de estado e que durou duas semanas, constituída pelo general Artur da Costa e Silva, pelo brigadeiro Francisco Correia de Melo e pelo almirante Augusto Rademaker.

<sup>9</sup> Aqui consideramos apenas os oficiais que manifestaram publicamente sua oposição aos governos Castelo Branco e Costa e Silva, a partir da consulta do *Jornal do Brasil* e do *Estado de São Paulo*. Essa escolha reflete o interesse por certa forma de prática política – a fala em público – mas também uma limitação das fontes, já que os arquivos primários (pessoais ou produzidos pelo aparelho de Estado) são muito escassos.

<sup>10</sup> Esses dados biográficos e os seguintes baseiam-se no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, organizado por Alzira Alves de Abreu et al. (Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2001), em diversas edições do *Almanaque do Exército* e em entrevistas realizadas com protagonistas. Dentre os 11 oficiais cujo percurso seguiremos de perto, 8 são de artilharia, 7 participaram da FEB (dentre os 9 que tinham idade para tal) e 5 cursaram a ESG.

Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior, oficial de artilharia, é uma das figuras mais expostas e turbulentas. Um de seus primeiros atos políticos, quando capitão, foi demitir-se do conselho deliberativo do Clube Militar, juntamente com o major Euler Bentes Monteiro, quando, em julho de 1950, um artigo da *Revista do Clube Militar* criticou a intervenção americana na Coréia. Ele integra então a facção anticomunista do Exército, sem nunca renunciar, assim como Euler Bentes, a um discurso claramente nacionalista em termos econômicos. Aluno primeiro colocado de sua turma, ele cursa em 1962 a Escola Superior de Guerra, um ano antes de se opor ao seqüestro de Carlos Lacerda – então governador do Estado da Guanabara – por um grupo de pára-quadistas. É um lacerdista convicto, como muitos de seus colegas ativistas dos anos 1960; e um pára-quadista, fato que o aproxima do general Moniz de Aragão e o coloca no centro de agitações recorrentes que caracterizam essa especialização militar, que a valorização como tropa de “elite” predispõe, no Brasil e em outras partes do mundo, ao ativismo político. Pessoalmente muito ligado a Hélio Lemos e a Amerino Raposo Filho, ambos febianos e que passaram pela ESG, ele constitui um dos representantes mais ativos do protesto radical contra Castelo Branco<sup>11</sup>.

Boaventura se aproxima então de dois “coronéis de IPMs” que organizam uma oposição militar ao governo: Osnelli Martinelli, encarregado do IPM do “Grupo dos 11”, e Gérson de Pina, líder do IPM do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>12</sup>. O perfil profissional destes últimos é diferente, pois eles logo se afastaram das casernas para ensinar no Colégio Militar do Rio de Janeiro, foco de lacerdistas muito partidários do golpe de Estado.

Outro coronel de IPM manifesta ostensivamente seu descontentamento: Ferdinando de Carvalho, ainda oficial de artilharia, membro do corpo permanente da ESG e que fez um curso de comando e estado-maior nos Estados Unidos. No IPM do

---

<sup>11</sup> O presidente Castelo Branco foi alvo de dois ataques principais: de um lado, suas tendências legalistas, ou seja, voltadas a respeitar, numa certa medida, as leis e a Constituição no que se refere à separação dos poderes ou aos prazos de detenção, em oposição a uma “limpeza política” revolucionária e desenfreada; de outro lado, sua abertura para o capital e empresas internacionais que esbarram no nacionalismo econômico de alguns setores militares.

<sup>12</sup> Os “grupos de onze companheiros” constituem uma forma de organização popular conduzida por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, no final de 1963, segundo uma lógica de resistência às forças golpistas; o ISEB, um centro de pesquisas e *think tank* fundado em 1955 e extinto em 1964, que defendeu uma abordagem nacionalista do desenvolvimento econômico e do qual vários membros foram perseguidos e tiveram de se exilar após o golpe de Estado.

Partido Comunista, cujos resultados publicou em 1966 na série *IPM 709* (CARVALHO, 1966), ele contesta a política do governo em seus aspectos econômicos, mas, acima de tudo, torna-se arauto da radicalização repressiva.

Alguns desses oficiais serão vetores ativos da difusão da teoria da Guerra Revolucionária dentro das Forças Armadas brasileiras. Ferdinando de Carvalho e Amerino Raposo, por exemplo, traduzem vários artigos de revistas francesas para o *Mensário de Cultura Militar*<sup>13</sup> logo no início dos anos 1960.

Outros personagens são os coronéis de artilharia Rui Castro e Dickson Melges Grael, sendo que este último só entrará na cena pública no momento da crise de sucessão de Costa e Silva, em 1969. Ele introduz no grupo Kurt Pessek, pára-quedista como Grael, dez anos mais novo que os outros oficiais, bem como Tarcísio Nunes Ferreira, cuja participação como capitão no movimento de Aragarças<sup>14</sup> e a proximidade com o general Augusto Moniz de Aragão fizeram com que entrasse no cenáculo dos contestadores.

Essa breve apresentação de alguns oficiais do Exército que estão no primeiro plano da cena no pós 64 não permite traçar com precisão os seus perfis profissionais e suas inter-relações, mas elucida algumas características importantes. Seus percursos escolares, geralmente brilhantes segundo critérios internos da instituição, não impedem que sejam também homens de tropa. Muitos serviram longamente na Vila Militar, às vezes na Brigada Pára-quedista, onde criaram laços de amizade e redes de influência. Experiências e fidelidades comuns tecem uma trama de inter-conhecimento. Alguns – inclusive Tarcísio Nunes Ferreira e Dickson Grael – participaram do movimento de Aragarças, em companhia de um oficial da Aeronáutica, João Paulo Moreira Burnier, e de outro oficial do Exército, Alberto Fortunato, que se destacarão em diversas práticas de violência política, e de oficiais lacerdistas, Gustavo Borges e Luis Mendes de Moraes<sup>15</sup>, este último dirigente da Liga Democrática Radical (LIDER), na contestação ao governo Castelo Branco. Na primeira metade dos anos 1960, eles se reconhecem na

---

<sup>13</sup> Revista do Estado Maior do Exército que, entre 1957 e 1963, dedicou boa parte de seu conteúdo à explicação da teoria da Guerra Revolucionária (GR) (MARTINS FILHO, 2004).

<sup>14</sup> Revolta de oficiais da Aeronáutica e do Exército que eclodiu em 2 de dezembro de 1959, pretendia abalar o governo de Juscelino Kubitschek e, segundo o testemunho prestado à autora em novembro de 2006 por Tarcísio Nunes Ferreira, pressionar Jânio Quadros para que ele se candidatasse de fato à Presidência da República.

<sup>15</sup> Estes quatro últimos oficiais não fazem parte do grupo que pretendemos estudar.

figura política de Carlos Lacerda e estão freqüentemente ligados a alguns generais que aparecem de forma recorrente em seus percursos, como Augusto Moniz de Aragão e Afonso de Albuquerque Lima.

Essa teia de relações não constitui um grupo coerente ao longo do tempo. Perfis e percursos profissionais próximos, o pertencimento freqüente à mesma geração de oficiais, experiências e combates comuns não criam a impressão de uma facção única. Muitos reivindicam para si próprios e para alguns mais chegados o monopólio da “linha dura” - termo este que, insistimos em assinalar, era eminentemente positivo para esses oficiais e para boa parte da corporação, estando associado às imagens de retidão e coragem moral e política. Assim, Osnelli Martinelli identifica-a ao movimento que ele conduz, a LIDER, cujos chefes seriam ele próprio e Ferdinando de Carvalho, outro “coronel de IPM”, enquanto Kurt Pessek define a “primeira linha dura” como sendo um grupo ligado ao coronel Francisco Boaventura, do qual Dickson Grael, Amerino Raposo, Hélio Lemos, Hélio Mendes e João Paulo Moreira Burnier<sup>16</sup> também seriam membros. Cada oficial se posiciona no espaço político do protesto em função de seus contatos efetivos na época, mas também do reconhecimento de outros militares como sendo seus pares em termos profissionais e intelectuais, ou ainda por trajetórias políticas ulteriores: a reconstrução da história pessoal pode silenciar algumas relações com colegas de farda que posteriormente são consideradas incômodas. Essa “nebulosa radical” reúne oficiais que, por se considerarem individualmente acima de tudo agentes políticos legítimos, conhecerão trajetórias divergentes ao longo do regime militar.

### **Trajetórias políticas paradoxais**

Uma parte desses oficiais, no primeiro plano da conspiração contra o governo de João Goulart, tem sua identidade política marcada por um violento anticomunismo, uma forte desconfiança perante a mobilização popular e uma renúncia assumida aos pilares marcadores da democracia representativa. Em meados dos anos 70, entretanto, eles defendem a volta dos civis ao poder. Apóiam a abertura política iniciada pelo governo Geisel e até se engajam pessoalmente no sentido de acelerá-la.

---

<sup>16</sup> Entrevistas realizadas pela autora com Osnelli Martinelli, em abril de 2007, e com Kurt Pessek, em março de 2008.



Francisco Boaventura, considerado por muitos de seus colegas o mentor e cabeça pensante da assim chamada “linha dura” dos anos 60, organiza, em setembro de 1974, um Movimento Nacionalista Popular Pró-Governo Geisel<sup>17</sup>. Composto por oficiais subalternos e superiores, da ativa e da reserva, o movimento é primeiramente uma ferramenta de luta política que pretende “neutralizar a corrente militar que apoiava o Governo [Médici]”, contribuir para a “normalização gradual da vida brasileira”, a “supressão da tortura nas casernas”, uma “ampla liberdade na campanha eleitoral”, bem como posições nacionalistas na política econômica e externa que o novo presidente parece defender. Nos anos seguintes, Boaventura leva adiante uma ação discreta nesse sentido, através de uma campanha interna no Exército em favor da abertura democrática. Assim, em agosto de 1977, ele próprio, bem como o general Hélio Lemos e o coronel Rui Castro, escrevem para vários generais da ativa, defendendo o retorno dos militares às casernas<sup>18</sup>.

Mas é a campanha presidencial de 1979 que mais mobiliza a energia de alguns desses oficiais. Uma coalizão heteróclita rejeita, sob diversos argumentos, o sucessor designado pelo grupo no poder, o general João Batista Figueiredo<sup>19</sup>; eles instauram a candidatura alternativa de um general da reserva, Euler Bentes Monteiro<sup>20</sup>, que faz a campanha com os dois temas: a virada nacionalista e a volta imediata à democracia civil e ao estado de direito. Depois de muitos adiamentos, o general Euler é apoiado pelo MDB; ele defende a abolição dos instrumentos de exceção, a anistia, a convocação de

---

<sup>17</sup> Os dados sobre esse movimento encontram-se no dossiê “Movimento Nacionalista Popular Pró-Governo Geisel – A0950713 – 1976” dos Arquivos do SNI, no Arquivo Nacional de Brasília, que reúne relatórios datados de outubro e novembro de 1974. Os documentos fornecidos foram anonimizados, o que torna muito mais complexa a reconstituição das redes militares; a identificação do Coronel Boaventura, neste caso específico, se deve a um feixe convergente de informações biográficas que permitem afirmar com certeza que se trata desse oficial. Nas linhas que seguem, os nomes grafados com colchetes estão, portanto, ausentes dos arquivos.

<sup>18</sup> Somente a carta de Rui Castro, enviada aos generais do Alto Comando do Exército, foi transmitida à imprensa. *Estado de São Paulo*, 7/8/1977.

<sup>19</sup> O general Figueiredo tinha dois defeitos aos olhos de muitos militares: ele ocupava, havia dois governos, postos afastados da tropa, e não se situava no grau supremo da hierarquia militar, o de general-de-exército (“de quatro estrelas”), condição considerada, desde 1964, *sine qua non* para a ascensão à presidência. Sua promoção acelerada, impulsionada por Geisel, “dando carona” (isto é, ultrapassando) diversos generais mais antigos, criou um real descontentamento nos meios militares.

<sup>20</sup> Notemos que o renome do general Euler está muito ligado à sua passagem pela direção da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) entre 1967 e 1969, quando o general Albuquerque Lima era ministro do Interior do governo Costa e Silva. Ele deixa a direção do órgão quando Albuquerque Lima pede demissão de seu cargo em janeiro de 1969, por causa de uma divergência com os ministros da Fazenda, Antônio Delfim Netto, e do Planejamento, Hélio Beltrão.

uma assembléia nacional constituinte, e faz contato com vários agentes de uma sociedade civil em fase de recomposição. Mas Euler está cercado de oficiais da velha “linha dura” dos anos 60: Amerino Raposo, Hélio Lemos e Sebastião Ferreira Chaves constituem sua equipe de campanha. Tarcisio Nunes Ferreira, a partir de março de 1978, multiplica as declarações públicas – e as conseqüentes punições disciplinares –, condenando o poder, cuja tendência ditatorial é comparada ao totalitarismo comunista.<sup>21</sup> “Houve uma deformação do movimento de 64. Nós saímos de um processo totalitário, que se tentava através do governo pela desordem, para um processo totalitário feito pelo governo, pelo excesso de ordem”, declara em março de 1978. O coronel Tarcisio também criou um Movimento Revolucionário Democrático que apóia sucessivamente as candidaturas de Magalhães Pinto e Euler Bentes Monteiro, ambos partidários de uma transição democrática mais rápida e mais completa do que a defendida pelo general Figueiredo. À campanha do general Euler Bentes associa-se também o chefe da Casa Militar de Geisel, Hugo Abreu, que acabara de se demitir, acompanhado por seu antigo assistente, o coronel Kurt Pessek.

É importante assinalar que os militares que obtiveram alguma visibilidade pública como “coronéis da linha dura” não seguem um mesmo percurso: Osnelli Martinelli efetua uma carreira política meteórica dentro da Arena (Aliança Renovadora Nacional),<sup>22</sup> partido que apóia o poder, e depois desaparece do jogo político. Ferdinando de Carvalho, que persiste em seu ativismo desde o governo Costa e Silva, continua um partidário fervoroso da tendência autoritária e passa a limitar os seus discursos ao anticomunismo de tipo mais virulento.

Além do mais, esses percursos são extremamente minoritários nessa geração, nascida nos anos 1920 e grande provedora de oficiais que se definiram também como “duros” – sem nunca assumir publicamente essa posição – e que contribuem para a fundação e a liderança de órgãos de segurança e de informações criados no final dos anos 60 (ARAÚJO, 1994). Desqualificar seus casos particulares como sendo marginais e, portanto, não significativos, facilitaria a construção de uma memória mais simplista sobre o regime militar, porém nos privaria de instrumentos raros para a compreensão do

---

<sup>21</sup> *Jornal do Brasil*, 11/03/1978.

<sup>22</sup> Foi deputado federal pelo Estado da Guanabara entre 1971 e 1975.

complexo jogo político intramilitar – a grande visibilidade de seus protagonistas permite um melhor acesso a suas redes, motivações e práticas políticas.

### **Alguns elementos de interpretação**

A defesa pública de uma radicalização do processo político nos anos 1960, transmutada em reivindicação, pública também, pela volta dos civis ao poder nos anos 70, não pode ser explicada como uma “tomada de consciência democrática” num vácuo social e histórico. Aliás, as testemunhas tendem muito mais a demonstrar a continuidade de suas posições – de “revolucionários”, “democratas” ou “nacionalistas” – do que a evocar uma redenção política.

O engajamento pelo fim do regime militar não é uma conversão repentina. É o resultado de longos anos de fronteiras confusas entre posições políticas que seria mais cômodo encarar como perfeitamente antagônicas, e defendidas por protagonistas bem distintos: poder de Estado detido por militares ou por civis, utilização ou não de instrumentos de exceção, contatos com redes militares de extrema direita ou com a oposição oficial ao regime etc.

Aliás, as pontes entre o campo do radicalismo militar e o da abertura democrática ainda são visíveis – mesmo que à margem – nos anos 70. Por exemplo, antes de se engajar em favor do general Euler Bentes, o general Hugo Abreu, então chefe da Casa Militar, via com relativa simpatia a ação do ministro da guerra Sylvio Frota – embora este fosse claramente de extrema-direita e porta-voz da “comunidade de segurança”, como demonstra seu livro de memórias recentemente publicado (FROTA, 2006) – e não viu com bons olhos a sua demissão por Geisel, em 12 de outubro de 1977<sup>23</sup>. A oposição comum à candidatura de Figueiredo, o nacionalismo econômico, a denúncia do monopólio do poder por um grupo restrito – no qual o general Golbery do

---

<sup>23</sup> Até sua admissão em janeiro de 1978, Hugo Abreu diz ter sempre apoiado o projeto de “distensão” de Geisel. No entanto, sua posição em relação ao ministro Frota ficou por muito tempo indefinida. Em maio de 1977, Heitor Ferreira, secretário particular do presidente, menciona sua oscilação constante (ver notas dirigidas a Geisel nos arquivos do CPDOC - EG pr 1974.07.10). Hugo Abreu tenta dissuadir Geisel de demitir o ministro do Exército (carta enviada a vários generais e publicada no *Estado de São Paulo*, 1/10/1978, p.6) e chega a fazer deste último, em suas memórias publicadas pouco depois, um escudo contra a permanência no poder de um grupo palaciano que passa a criticar violentamente (ABREU, 1979: 91-92; 125). Apesar das divergências políticas profundas entre Abreu e Frota, a oposição deles ao candidato Figueiredo e a alguns membros do círculo de Geisel (que eles descrevem com os mesmos traços – interesse, maquiavelismo, ambição) criou pontos de aproximação.

Couto e Silva, chefe da Casa Civil, é sempre representado como figura diabólica – em detrimento das Forças Armadas, a traição dos ideais da “Revolução” fazem parte do repertório político de militares contestadores situados tanto à esquerda quanto à extrema-direita do tabuleiro político.

Mas é no governo de Costa e Silva (1967-1969) que é preciso buscar a origem dessas pistas confusas e de pontos de passagem entre a oposição democrática ao regime e o radicalismo militar, do qual alguns dos “coronéis de linha dura” são os vetores. Sob Castelo Branco, as posições são claras: esses oficiais defendem, sob a bandeira da “Revolução”, uma política e um regime cada vez mais autoritários. Esperando chegar ao poder com a eleição do ministro da Guerra, para a qual contribuiriam decididamente, eles rapidamente mudam o tom. Não só eles não fazem parte desses “duros” que ascendem a cargos de responsabilidade política<sup>24</sup> ou policial<sup>25</sup>, como suas falas continuam sendo punidas disciplinarmente<sup>26</sup>. Cada vez mais aberta, a oposição deles ao poder vigente derruba algumas barreiras partidárias de forma surpreendente: contatos são estabelecidos com políticos “nacionalistas” do MDB em julho de 1967;<sup>27</sup> além disso, a passagem de Carlos Lacerda para a oposição, apesar de ser vivida como uma traição por muitos oficiais, contribui para a redefinição política de alguns deles.

O percurso de Francisco Boaventura é singular, pois sua dissidência é precoce e espetacular. Ele está entre os únicos militares contestadores “revolucionários” a serem punidos, não segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, mas por um instrumento de exceção destinado a combater os inimigos do regime. Fervoroso partidário de Costa e Silva nas primeiras semanas de seu governo, ele logo se volta contra ele e multiplica os ataques à orientação econômica do governo, a corrupção e o nepotismo do grupo no

---

<sup>24</sup> Eles se rebatizam até de “ortodoxos” pois “o termo de “linha dura” perdeu sentido após a ascensão a postos governamentais de alguns militares que dele se diziam membros”. *Jornal do Brasil*, 2/02/1968.

<sup>25</sup> Salvo algumas exceções: Sebastião Ferreira Chaves se torna um importante dirigente do SNI.

<sup>26</sup> A partir de setembro de 1967, é retomada a empreitada de “dispersão da linha dura” pelo viés de transferências que envolvem Amerino Raposo (obrigado a se afastar do SNI), Ferdinando de Carvalho, Hélio Lemos, Rui Castro, Francisco Boaventura e Luis Alencar Araripe. Esse conjunto de punições resulta da retomada de proclamações políticas e da “sabatina” do ministro da fazenda Delfim Netto por Amerino Raposo, Francisco Boaventura e Hélio Lemos, em julho de 1967.

<sup>27</sup> Esses contatos, todavia, não têm continuidade (*Jornal do Brasil*, 9/7/1967). É preciso lembrar que o próprio governo Costa e Silva faz uso de ambigüidade política em seus primeiros meses, alternando promessas de democratização e de “retomada da Revolução”, o que suscita uma longa indefinição do MDB quanto a ele.

poder, até que a aplicação do Ato Institucional nº5 o obriga a passar para a reserva em maio de 1969<sup>28</sup>.

No entanto, a trajetória política do coronel Boaventura não sofre um simples “desvio para a esquerda”: pelo contrário, ela revela uma complexificação dos campos militares e das identidades políticas. Assim, generais com discursos muito diferentes tomarão sua defesa, inclusive Augusto Moniz de Aragão, embora etiquetado de “duro” e partidário do AI-5. Além do mais, e principalmente, as relações de Boaventura com a oposição civil nem por isso o afastam dos agitadores militares radicais que, em setembro de 1969, se insurgiram contra a decisão da Junta Militar de soltar alguns prisioneiros políticos em troca da libertação do embaixador americano, recentemente seqüestrado por organizações de esquerda<sup>29</sup>. Rumores espalham que ele seria até um dos ministros de um hipotético governo de Albuquerque Lima, ao lado de figuras tão diferentes quanto Carlos Lacerda e o general Syzeno Sarmiento (CHAGAS, 1979:130). O coronel Boaventura situa-se certamente à parte no grupo estudado, tanto pelo fato de manter relações com Lacerda quanto por sua posição, ultraminoritária, contra o AI-5. No entanto, seu percurso dá uma imagem eloqüente das hesitações entre radicalismo autoritário e adoção das reivindicações da oposição civil, que caracterizam esses contestadores de primeira viagem.

Sem a pretensão de dar conta de forma tão breve dessas trajetórias políticas complexas, algumas hipóteses de interpretação podem ser propostas.

A primeira refere-se ao caráter central do nacionalismo econômico nas dinâmicas políticas do Exército nesse período. Pouquíssimo estudado, talvez por ter sido difícil, por muito tempo, de administrar na memória, ele constitui, no entanto, uma ponte fundamental entre campos radicalmente opostos na sua concepção do sistema político.

---

<sup>28</sup> A punição é interpretada de diversas maneiras: para o jornalista Carlos Chagas, ele conspirava com Carlos Lacerda para derrubar o governo (CHAGAS, 1979:30). Sua aproximação com Lacerda é mencionada nas entrelinhas da justificativa da punição, que fala da “organização de um governo de exceção, dirigido por uma pessoa incompatível com os princípios da Revolução”. Ele também teria apoiado o deputado Márcio Moreira Alves durante a crise de setembro-dezembro de 1968 (PORTELLA, 1979:625) se oposto à edição do AI-5 (Telegrama da embaixada americana para o Departamento de Estado americano no dia 20/12/1968 – National Archives and Records Administration, RG 59, Central Files 1967-69).

<sup>29</sup> Ver sua participação moral na “rebelião” de oficiais da brigada de pára-quedistas da Vila Militar, nas “Recomendações transmitidas pelo Cel Boaventura ao Cel Dickson e aos outros companheiros pára-quedistas” (O’REILLY, 1985: 238-240).

Afora isso, além de suas convicções políticas, as estratégias de conquista e de conservação de espaços de poder parecem determinantes nos comportamentos políticos desses militares: muitas de suas escolhas e reivindicações podem ser assim explicadas pela vontade de tomar parte, eles também, da “Revolução”. Os “coronéis dos IPMs” desejam aumentar a amplitude e a duração dos inquéritos para “limpar” o que eles imaginam ser “a subversão e a corrupção” no Brasil, mas também para preservar sua parcela de poder<sup>30</sup>. O sentimento de terem sido injustamente afastados do processo político motivou, tanto quanto as afinidades ideológicas, uma reunião com líderes civis e militares cuja possibilidade de ascender à presidência da República parecia capaz de reinseri-los no jogo político (Costa e Silva em 1967, Albuquerque Lima em 1969, e Euler Bentes Monteiro em 1979)<sup>31</sup>. Essa lógica é muito mais marcante em se tratando de oficiais convencidos de seu direito de participar do poder: nesse ponto, seus perfis profissionais, suas trajetórias de “revolucionários históricos” e seu ativismo na conspiração importam, já que lhes dá um sentimento de terem a mesma legitimidade para exercer o poder que aqueles que o detém.

A legitimidade política de “oficiais revolucionários”, que enfrentam um “regime de generais” que impõe a submissão hierárquica e o mutismo aos militares de menor patente, é o último elemento a sublinhar. Já apresentado por vários pesquisadores (MARTINS FILHO, 1996), ele permite entender a especificidade do grupo de oficiais estudados, muito mais do que suas sucessivas posições. A reivindicação pública e recorrente de um papel político provoca sua marginalização por parte do poder - a tal ponto que poucos dentre eles alcançaram o generalato. Em seu lugar, será outra “linha dura”, composta de oficiais menos visíveis e mais numerosos, cuja pressão e ativismo ficam mais fechados na instituição militar (mesmo que nem sempre dentro da cadeia de

---

<sup>30</sup> Comentário que se aplica também aos membros dos órgãos de repressão na época da abertura, motivados não só pela vontade de preservar a parcela de poder que eles tinham dentro do aparelho estatal da ditadura, como também pelo medo de represálias judiciais por suas ações dentro das prisões do regime.

<sup>31</sup> Aliás, é exatamente assim que um relatório do SNI de novembro de 1974 interpreta o combate de antigos oficiais de “linha dura” em favor da abertura política : “O grupo militar composto principalmente de oficiais da reserva do Exército tem como sua principal motivação o sentimento de frustração decorrente dos sucessivos reveses sofridos na sua luta para alcançar posições de prestígio nos Governos da Revolução. Os elementos políticos atingidos pelos Atos da Revolução e mesmo não tendo vinculações com a esquerda estão motivados pela possibilidade de uma aceleração do processo de normalização da vida política do País que possa vir criar condições para sua volta à vida pública”. Dossiê “Movimento Nacionalista Popular Pro Governo Geisel – A0950713 – 1976”, op. cit.

comando), que ocupará o aparelho de Estado e alimentará o regime autoritário por dentro.

#### Bibliografia e fontes impressas

- Abreu, Hugo, *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979
- Araújo, Maria Celina d'; Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Contreiras, Hélio, *Militares: confissões. Histórias secretas do Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 1998.
- Carvalho, Ferdinando, *O Comunismo no Brasil* (vol.1) e *As atividades comunistas no Brasil* (vol. 2 a 4), Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1966.
- Dreifuss, René Armand, *1964 : a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Petrópolis, Vozes, 1981, 2<sup>o</sup> ed.
- Fico, Carlos, “Versões e controvérsias sobre 1964 e o regime militar”, *Revista Brasileira de História*, vol.24, n°47, São Paulo, julho de 2004.
- Frota, Sylvio. *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- Guimarães, Carlos Eduardo, *A crise da ditadura : a reação militar à abertura e o terrorismo de direita – O caso Riocentro como paradigma*. Dissertação de Mestrado em sociologia política. São Carlos, UFSCar, 2000.
- Martins Filho, João Roberto, ”A educação dos golpistas: as idéias que fizeram a cabeça dos militares nos anos 60 ”, Comunicado no Simpósio “The Cultures of Dictatorship: Historical Reflections on the Brazilian Golpe of 1964”, University of Maryland, outubro de 2004. Disponível no endereço: [www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc](http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc)
- –, *O Palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-69)*, São Carlos, Editora da UFSCar, 1996.
- O'Reilly, Marcos de Mendonça, *A ideologia da Corrente Militar “ Revolucionário Nacionalista » (1967-1969)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1985.
- Portella, Jayme, *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- Stacchini, José, *Março 64 : Mobilização da Audácia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
- Stepan, Alfred, *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975.